

INICIATIVAS DE AVALIAÇÃO NAS REDES ESCOLARES MUNICIPAIS

Nataly Gomes Ovando

Universidade Federal da Grande Dourados
natalygo03@yahoo.com.br

Resumo: O texto traz a descrição e análise de iniciativas próprias de avaliação de três redes escolares municipais sul-mato-grossenses, Campo Grande, Bonito e Naviraí, que no conjunto das dez redes destacadas pelos mais elevados resultados no Ideb em 2007 ou pela expressiva variação positiva desse Índice de 2005 para 2007, apresentaram iniciativas próprias de avaliação educacional. Aplicamos questionário, entrevista semi-estruturada e análise de documentos, com base em enfoque qualitativo. Constatamos que as iniciativas municipais justificam-se pela necessidade de indicadores peculiares, que permitam a obtenção de uma visão mais precisa do cenário local existente.

Palavras chave: avaliação educacional; qualidade de ensino; política educacional.

O estudo traz análise de observações que realizamos em redes escolares municipais sul-mato-grossenses, com o intuito de saber como elas atuam na esfera da avaliação educacional de iniciativa própria e que relação isso pode ter com resultados obtidos nos anos iniciais do ensino fundamental no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do ano de 2007.

A metodologia de coleta de dados envolveu aplicação de questionário¹, realização de entrevista semi-estruturada², análise de documentos, os quais foram analisados com enfoque qualitativo. Os informantes no questionário e nas entrevistas foram dirigentes e gestores da Secretaria Municipal de Educação, diretores e coordenadores de escolas.

O texto inicia com considerações sobre a avaliação na política e gestão educacionais brasileiras, comentando sua contribuição na geração de indicadores educacionais. Em sequência, traz descrição e análise da avaliação educacional de três municípios sul-mato-grossenses: Campo Grande, Bonito e Naviraí. Por fim apresenta as considerações finais e referências.

1. A avaliação educacional no Brasil

A avaliação adquiriu centralidade no contexto mundial contemporâneo de tal modo que não há país no mundo que deixe de levar em consideração sua importância como mecanismo imprescindível no processo de transformações voltadas para a qualidade do seu sistema educacional. É possível afirmar que um fator indispensável para a proposição de melhorias da qualidade da educação de um país são os dados apresentados pelo seu sistema de avaliação, que evidenciam as principais carências a serem solucionadas.

No Brasil, a crescente preocupação com a qualidade da/na educação escolar ensejou a adoção de iniciativas de avaliação educacional nacionais. Durante a década de 1990, consolidaram-se práticas de avaliação em larga escala em âmbito federal e estadual e nos anos

2000, além de aprimoramentos e diversificação das ferramentas nacionais, municípios também empreenderam tentativas de desenvolver iniciativas próprias.

Como observa Sousa (2001, p. 69), se tradicionalmente a avaliação da aprendizagem esteve como o foco de propostas e práticas por um tempo considerável, nas últimas décadas a avaliação se volta para outros objetos, entre outros, cursos, instituições escolares e sistema educacional, desempenho docente. As avaliações são também direcionadas para os diferentes níveis de ensino — educação básica, graduação, pós-graduação.

No decorrer dos anos de 1990 e ingresso dos anos 2000, foram desencadeadas no país, a criação, implantação, institucionalização, aprimoramento e consolidação de avaliações em âmbito nacional (FREITAS, 2007).

Em 1990, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) realiza a sua primeira avaliação. A partir de 1995, os levantamentos passaram a se concentrar nos anos de conclusão das etapas de ensino da educação básica.

A partir de 1998 o Ministério da Educação passa também a aplicar, em caráter facultativo, o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM).

Em 2002 foi criado o Exame Nacional de Certificação de Competência de Jovens e Adultos (ENCCEJA), que objetiva avaliar as habilidades e competências básicas de jovens e adultos que não tiveram oportunidade de acesso à escolaridade regular na idade apropriada e certifiá-lo (MEC/INEP, 2010).

Conforme visto acima, ocorreu nesse período um crescimento expressivo de iniciativas nacionais de avaliação do rendimento de alunos, por meio de testagem em larga escala. Isso foi possível com a transformação em 1997 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em autarquia responsável pelas iniciativas de avaliação e informação educacionais em escala nacional.

No âmbito subnacional, em especial nos estados de Minas Gerais e São Paulo se deu a consolidação em seus sistemas de ensino de avaliações em larga escala de caráter censitário, com características parecidas às das avaliações nacionais. Bonamino e Bessa (2004) caracterizam a evolução das avaliações da educação básica nos estados no início dos anos 2000. Em 2007, mapeamento realizado por Lopes registrou catorze unidades da federação com sistemas próprios de avaliação educacional.

A partir de 2005, através da portaria n. 931/2005 o Saeb passou a ser composto por dois instrumentos: a Prova Brasil que avalia alunos das escolas públicas de 4ª (5º ano) e 8ª (9º ano) série; e a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) que manteve as características do Saeb e, também a sua denominação. A Prova Brasil apresenta as mesmas características do Saeb dele se distinguindo pelo fato de ser uma avaliação censitária do ensino urbano. Ela expande o alcance dos resultados que são oferecidos pelo Saeb, pois fornece as médias de desempenho para o Brasil, regiões e unidades da federação para cada um dos municípios e escolas que participam.

Além dessas duas, outra iniciativa proposta pela União no contexto do “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” (Decreto n. 6.094/2007) foi a Provinha Brasil, cujo

objetivo é possibilitar a realização de um diagnóstico do nível de alfabetização das crianças da rede pública de ensino no segundo ano de escolaridade.

2. Avaliação como ferramenta de gestão

Em face dos problemas educacionais brasileiros, Klein e Fontavine (1995, p. 28) argumentavam sobre a imprescindibilidade da “[...] criação e manutenção de um sistema de avaliação de aprendizagem capaz de fornecer informações consistentes, periódicas e comparáveis sobre o desempenho dos alunos”.

De fato, a avaliação pode instrumentar a gestão educacional. Mas, é preciso ter clareza dos inúmeros desafios que estão detrás de um sistema de avaliação que venha realmente a ser instrumento de contribuição no alcance de uma qualidade educacional com vistas a alcançar ideais democráticos.

Sousa (2001), através de apontamentos encontrados na literatura divulgada no Brasil até início dos anos 2000, sintetiza algumas das razões que evidenciam o significado da implantação de sistemas de avaliação de rendimento escolar como instrumentos de gestão educacional. Segundo a autora, os argumentos de maior visibilidade são: (a) a possibilidade de intervir na realidade educacional; (b) a necessidade de controle de resultados pelo Estado; (c) o estabelecimento de parâmetros para comparação e classificação das escolas; (d) o estímulo à escola e ao aluno por meio de premiação; (e) a possibilidade de controle público do desempenho escolar.

Enquanto instrumento essencial para intervenções estatais mais precisas a avaliação tem adicionado ganhos na área educacional. Em que pese isso, concordamos com Sousa (2001), ser preciso ponderar que a avaliação tende a ter uma repercussão deletéria quando associada a políticas de incentivo à competição inter e intraescolar, por meio de recursos financeiros, prêmios, destaques. Isso porque seu uso passa a impulsionar a seletividade, estratificação e prevalência dos interesses privados sobre os públicos.

Sousa e Lopes (2010) alertam para os princípios de desigualdade e competição que tem tomado os propósitos da avaliação no país. Os aspectos de ranking entre escolas, redes e sistemas de ensino, retiram a avaliação do seu papel indutor de reflexão e ação, transformando-a em instrumento de competição.

A responsabilização de cada ente federativo frente aos resultados das avaliações é outra questão levantada pela literatura da área. As avaliações não devem ser vistas como instrumento de pressão da União para com estados e municípios. Segundo Sousa e Lopes (2010), é necessário que se invista monetariamente em programas e projetos governamentais para a melhoria dos resultados e da qualidade de ensino.

O que se percebe é que a avaliação precisa ser compreendida. Seu poder indutor só poderá ser transformador na medida em que todos tiverem ciência de sua relevância para o alcance de uma qualidade educacional. Se isso não ocorrer, o risco de falseamento da realidade se torna incontrolável, uma vez que, para se conseguir recursos, escolas, municípios acharão formas de condução a bons resultados que não expressam necessariamente garantia de qualidade no ensino.

3. Avaliação e indicadores educacionais

Em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, que apresenta intrínsecos problemas relacionados ao fracasso escolar, aliados ainda a inúmeras questões socioeconômicas, requer para suas ações transparência de informações com fins de diagnósticos precisos. Esse, então, seria o papel da avaliação educacional, complementada pelo monitoramento através do uso de indicadores educacionais.

Recentemente, na busca de aferir se as políticas de governo que visam o alcance de condicionantes de qualidade do sistema educacional brasileiro estão sendo alcançadas, foi lançado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Criado em 2005, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) e lançado em 2007, para ser um indicador de qualidade da educação básica, sintetiza dois indicadores: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. É, portanto, calculado com base nas taxas de aprovação, tendo como fonte o Censo Escolar, e com base nos resultados da Prova Brasil e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

O objetivo da União com essa ferramenta é o de monitorar o alcance de metas estabelecidas com a sua institucionalização por meio do Decreto n. 6.094 de 2007 que trata do “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, no contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Este último é constituído pela reunião de programas e projetos delineados para a educação no país sob o princípio de organicidade.

O Ideb não somente instrumenta a aferição dos resultados do ensino como, também, opera na difusão de uma específica concepção de qualidade no estabelecimento de parâmetros mínimos de sua progressão, na indução da busca e na definição de um “padrão de qualidade” a atingir. Estabelece que o padrão de qualidade a alcançar correspondente à nota 6,0 a ser atingida até o ano 2021, parâmetro esse baseado nos resultados registrados atualmente nos países avançados no PISA³.

Tal “padrão”, no entanto, fica limitado pela própria concepção de qualidade difundida pelo Índice, que se limita a dois elementos: o rendimento do ensino e a proficiência dos alunos em um limitado conjunto de conhecimentos e habilidades de Língua Portuguesa e Matemática avaliados com base em uma matriz curricular de referência que abstrai singularidades e desigualdades. Fatores sociais, econômicos, culturais e outros não são aferidos pelo Índice. Nesse sentido, a concepção de qualidade que é expressa por essa ferramenta é restrita.

A resistência a esse Índice tem sido expressa por segmentos da área que afirmam ser preciso contemplar outros tantos elementos para se pensar uma concepção de qualidade comprometida com a formação do cidadão.

Há de se considerar que, pelo seu poder indutor, o Ideb poderá estimular escolas e redes escolares a fixarem parâmetros que dimensionem a própria progressão consoante aos próprios ritmos, garantindo assim especificidades locais. Contudo, há de se cuidar para não se tornar a avaliação e o monitoramento — que podem contribuir para avanços na gestão da educação no

Brasil — uma cultura de educação para o teste, ou seja, que direcione o ensino exclusivamente com finalidade de obter bons resultados nas avaliações e ganhos notáveis no Ideb.

Outra preocupação consiste na inexistência de mecanismo que assegure a não manipulação dos dados no cálculo desse Índice.

4. Iniciativas municipais de avaliação em larga escala

Diante de uma regulação avaliativa da União que fixa, de forma centralizada, parâmetros da progressão esperada, determinando o ritmo e a dimensão dos avanços a serem obtidos por estados e municípios na educação básica, se tornam comuns estratégias locais próprias. Estas se propõem a levar ao alcance de expectativas do poder central, assim como realmente atender às especificidades locais.

Pesquisa que desenvolvemos⁴ no mestrado em educação da UFGD, vinculada à pesquisa “Bons resultados do Ideb”, aponta que], na visão de dirigentes e gestores entrevistados em dez municípios sul-mato-grossenses que obtiveram bons resultados no Ideb de 2007 e variações consideráveis de 2005 para 2007⁵, as avaliações nacionais são aceitas e compreendidas como um avanço para a educação. No entanto, existe a argumentação de que a responsabilização pelos resultados alcançados não pode ser compreendida como somente dos municípios. Quando a responsabilidade pelo resultado recai sobre um único ente federativo, negando o regime de colaboração que exige a legislação, a avaliação se torna instrumento de pressão da União sobre ele.

Selecionamos entre os dez municípios da amostra sul-mato-grossense (Aparecida do Taboado, Amambai, Bela Vista, Bonito, Campo Grande, Chapadão do Sul; Naviraí; Paranhos, Paranaíba e São Gabriel do Oeste) três redes municipais que utilizam avaliação externa própria como instrumento para o seu monitoramento educacional, que são: Campo Grande, Naviraí e Bonito.

Bonito obteve a maior variação no período de 2005 a 2007 no Ideb. Campo Grande e Naviraí obtiveram resultados consideráveis no Ideb de 2007 e a rede municipal de ensino de Campo Grande se destacou com o resultado mais elevado entre as redes da amostra.

Campo Grande aprovou 93,6% dos estudantes da 4ª série, no ano de 2007 em sua rede municipal, enquanto que Naviraí aprovou 89% e Bonito 84,5% de seus estudantes (INEP, 2010). A rede municipal de Bonito foi a que obteve a maior variação na taxa de aprovação no período de 2005 a 2007. Sua variação foi de 24,6%, enquanto que Campo Grande variou em 5,9% e Naviraí em 0,1% (INEP, 2010).

Em relação aos resultados da Prova Brasil para a 4ª série, houve acréscimo no período de 2005 a 2007, nos componentes de Língua Portuguesa e Matemática, sendo que a elevação expressiva foi nos resultados obtidos em Matemática pelas três redes aqui consideradas.

O desmembramento do Ideb em seus dois indicadores, fluxo e proficiência, apontam que as melhorias se concentram tanto na elevação das taxas de aprovação, como na melhoria dos resultados da Prova Brasil, nas três redes municipais. No entanto, Naviraí manteve sua taxa de aprovação de 2005 para 2007, como também manteve similar os resultados da Prova

Brasil no componente curricular de Língua Portuguesa no mesmo período, tendo uma evolução significativa em Matemática. A rede municipal de Campo Grande obteve pequena elevação em sua taxa de aprovação e também manteve o resultado obtido na Prova Brasil em 2005 no ano de 2007, apresentando um pequeno percentual positivo no componente curricular de Matemática. Já a rede de Bonito obteve variações consideráveis tanto na Prova Brasil, nos dois componentes curriculares avaliados, assim como na elevação da taxa de aprovação no período de 2005 a 2007.

Na seqüência, apresentamos resumidamente as experiências das Redes Municipais de Campo Grande Bonito e Naviraí, no que tange a elaboração e implantação de iniciativas de avaliação própria, externa e em larga escala, com foco no rendimento do aluno, elaborada e aplicada pela ou sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

Mesmo que as avaliações educacionais em larga escala ainda não sejam bem compreendidas nos municípios sul-mato-grossenses da amostra, observamos que houve crescimento no entendimento da sua necessidade para formulação e implementação de políticas educacionais municipais.

Conforme documento sobre a avaliação externa da Rede Municipal de Ensino, a capital sul-mato-grossense, Campo Grande, desde 1999 realiza avaliação externa de desempenho dos seus alunos. A iniciativa é denominada “Programa Municipal de Avaliação de desempenho dos Alunos” (PROMOVER).

O objetivo dessa iniciativa, segundo questionário respondido por técnico responsável pelo Departamento de Avaliação, é avaliar o desempenho da aprendizagem dos alunos a fim de propor políticas educacionais adequadas à obtenção da qualidade do ensino e da aprendizagem.

A avaliação externa da Rede Municipal de Ensino (REME) tem como foco o ensino fundamental, sendo censitária na série a ser avaliada. Segundo documento elaborado pela Rede (CAMPO GRANDE, 2007), essa opção de avaliação foi pensada para que a escola tivesse informações sobre os alunos, por turma, série e turno de atendimento. A função da avaliação do município de Campo Grande vai além de ser um instrumento para a escola, abrange também a função de regulação da Secretaria Municipal de Educação frente às escolas, uma vez que, a Secretaria de maneira formal coordena e controla as ações e medidas a serem tomadas no interior escolar.

Relatos explicitados no questionário, nas entrevistas com gestores e no documento sobre a avaliação externa disponibilizado pela Reme, apontam que a Secretaria Municipal de Educação aplica a sua própria avaliação e diante dos resultados propõe estudos. Os estudos dos resultados são encaminhados às escolas que recebem um caderno contendo informações de cada turma nas áreas avaliadas. Os coordenadores são orientados a trabalhar junto com os professores no acompanhamento e estudo desses resultados.

As informações obtidas com a Secretaria Municipal de Educação evidenciam que os itens dessas avaliações são formulados por uma equipe de professores da Rede Municipal de Ensino que recebem formação através de cursos e oficinas de elaboração de itens. Após essa

elaboração, os itens passam a ser analisados por especialistas da área, sendo pré-testados e analisados na ótica da Teoria Clássica dos Testes e Teoria de Resposta ao Item.

No ano de 2005, a Secretaria passa a analisar as respostas dos alunos com base na Teoria de Resposta ao Item. Essa necessidade se baseia no intuito de buscar inserir elementos que permitam atribuir aos resultados numéricos um significado pedagógico. Mas, ciente das suas limitações, a Secretaria considerou apenas alguns pontos da TRI que é, sabidamente, complexa.

Em fala ao “II Colóquios em Avaliação e qualidade de ensino” realizado na Universidade Federal da Grande Dourados, no ano de 2009⁶, representante do Departamento responsável pela avaliação na Rede, relatou que o movimento feito pelo Saeb a nível nacional, em relação às questões técnicas, de tratamento e análise dos dados, é o que a equipe da Semed de Campo Grande a nível municipal, deseja alcançar. Sendo assim, a equipe busca especialização para construir Matriz de Referência abrangendo todas as disciplinas, na ideia de ‘interdisciplinaridade’. Trabalha também avaliando a Produção de Texto.

No que tange a elaboração e análise dos itens da avaliação, a Secretaria conta com assessoria do pesquisador José Francisco Soares (UFMG). O pesquisador Pedro Demo (UNB) também é membro da assessoria e auxilia no trabalho pedagógico e de formação docente.

Assim, o corpo técnico é composto por equipe externa contratada; Departamento de avaliação; diretores; supervisores; coordenadores pedagógicos e professores. De acordo com questionário respondido por técnicos do Departamento de Avaliação, as questões que compõem a avaliação e que partem de uma Matriz de Referência própria da Rede, composta por descritores que descrevem as habilidades avaliadas, são analisadas pelos professores da Rede, que registram exatamente os conteúdos ministrados e as prioridades a serem alcançadas. É a partir da tabulação das respostas dos professores que as questões são selecionadas. A perspectiva é a de que a participação efetiva do professor no processo de elaboração e formulação da avaliação externa faça com que os seus resultados sejam uma forte ferramenta em sala de aula.

A rede municipal de Campo Grande adotou a concepção de que uma avaliação externa própria é a ferramenta ideal para conduzir as políticas educacionais municipais. Nesse sentido, há um movimento financeiro, onde se observa o contrato de equipes externas renomadas nacionalmente para a elaboração e análise dos dados coletados; há um movimento cultural, conscientizar a comunidade escolar sobre a importância de se avaliar para a obtenção de melhorias; e é possível observar todo um movimento político que perpassa a Secretaria Municipal de Educação e entra nas escolas e na comunidade em geral, tanto que, já são onze anos de continuidade da avaliação na Rede, cada vez mais aprimorada e conhecida por todos.

Na Rede, há um crescimento de medidas de monitoramento educacional por meio das avaliações nacionais e especialmente utilizando a avaliação externa própria. Além da avaliação de desempenho dos alunos, elaborada pela Secretaria Municipal de Educação, técnicos responsáveis pela gestão dos anos iniciais do ensino fundamental, em entrevista no mês de agosto de 2009, relataram o trabalho que está sendo desenvolvido em relação à “Avaliação Diagnóstica”, desde 2007.

Esta avaliação ocorre no processo, ao longo do ano letivo e tem como objetivo contribuir com o trabalho do professor em sala de aula, diferentemente da avaliação externa que é aplicada ao final do processo. São aplicadas no decorrer do ano duas avaliações diagnósticas, uma no primeiro semestre e outra no segundo semestre. A avaliação do primeiro semestre serve de base para estruturar a formação continuada a ser oferecida pelos professores no segundo semestre.

Os dados revelaram que, nos últimos anos, a rede municipal de Campo Grande buscou melhorar as suas iniciativas de avaliação. Observamos ações visando sofisticar as questões técnicas e teóricas da avaliação externa aplicada aos alunos. Percebemos também investimento financeiro no contrato de profissionais para assessoria, análise dos dados estatísticos e para as questões técnicas. A ação avaliativa campo-grandense apresenta aspectos importantes de serem destacados.

Consideramos a participação dos professores da rede na elaboração dos itens da avaliação municipal uma condução positiva, considerando que ela pode descaracterizar a ideia de que a avaliação é imposta de fora para dentro do contexto escolar, como estratégia de pressão sobre os docentes.

Outra questão importante é a articulação da ação avaliativa com ações de investimento na formação dos educadores, mediante oferecimento de pós-graduação com ênfase em gestão educacional, organização do trabalho pedagógico, educação matemática e educação especial e também no campo da avaliação educacional.

A Secretaria está presente no interior da escola influenciando, coordenando e propondo ações que visem à melhoria do ensino dos alunos. É visível que ao se preocupar com os resultados do desempenho dos alunos nas avaliações externas, a rede municipal de ensino procura investir em condicionantes que levem ao alcance de melhores resultados, acompanhando a eficácia das medidas adotadas, estabelecendo dados comparativos da evolução dos diferentes processos de aprendizagem. Cabe ainda ressaltar que a avaliação diagnóstica dá um sentido pedagógico ao monitoramento do processo de ensino.

Observando os aspectos que a literatura recente enfoca como necessários para que a educação escolar alcance o sucesso mediante melhoria da sua qualidade, entendemos que as iniciativas campo-grandenses trilham caminhos promissores para um melhoramento em sua rede de ensino. A rede municipal tem avançado na avaliação do desempenho e nos seus vínculos com o monitoramento do processo de ensino e com a formação continuada dos docentes. Como essas práticas são recentes, ainda é cedo para uma avaliação de seus impactos na política e gestão educacionais municipais.

A Rede Municipal de Educação de Bonito trabalha desde o ano 2005 com o “Projeto de Avaliação Diagnóstica”. Para os gestores municipais entrevistados em setembro de 2009, essa iniciativa tem como função fazer levantamento do ensino-aprendizagem dos alunos da sua rede.

A elaboração da avaliação é feita pela equipe do Departamento de Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação. A aplicação das avaliações é realizada

pelos coordenadores do referido Departamento e coordenadores pedagógicos das escolas. Já a correção fica a cargo da Equipe da Secretaria Municipal de Educação.

A iniciativa avalia anualmente todas as séries do ensino fundamental. O tratamento dos dados gera gráficos que são organizados em caderno específico para cada escola, para que sejam conhecidos, interpretados e que medidas saneadoras sejam tomadas. Os cadernos informam diagnósticos da Secretaria que, a partir dessa avaliação, pode delinear para o ano subsequente estratégias de melhoria do ensino.

As avaliações são aplicadas nas séries iniciais e finais do ensino fundamental, nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática. Segundo o Projeto proposto pela Secretaria, no ano de 2009 foram aplicadas dez questões em Língua Portuguesa e oito questões em Matemática. O conteúdo busca contemplar o referencial curricular de cada ano letivo e conteúdos complementares. Enfatizam no Projeto que o modelo de avaliação tem buscado seguir o da Prova Brasil.

Até o ano de 2008, segundo considerações da equipe que trabalha nesse Projeto de Avaliação Diagnóstica, 80% das escolas conseguiram melhorar o nível de aprendizagem comparando os dados dos quatro anos em que essa avaliação foi aplicada.

Na visão da Secretaria de Educação, esse trabalho com avaliação, que permite levantamento do ensino-aprendizagem nas competências avaliadas, tem contribuído para delinear metas e propor mudanças para os próximos anos, “principalmente na Proposta Curricular Anual do Projeto Político Pedagógico das escolas municipais” (2008).

A Secretaria de Educação considera o Projeto de Avaliação Diagnóstica uma ferramenta eficaz de verificação de “sucessos e fragilidades” em cada sala de aula e escola avaliada. Considera que, através dessa ferramenta, ela consegue mapear onde a orientação pedagógica deve chegar com maior intensidade. As informações conseguidas através desta avaliação têm permitido à Secretaria organizar-se e fazer seu planejamento de trabalho melhor direcionado (Ibid.).

São os próprios funcionários da Secretaria de Educação que elaboram e selecionam os itens de diversas fontes para a formulação da avaliação municipal a ser aplicada. Não há até o momento na rede equipe que estude técnicas metodológicas de formulação de itens, como ocorre em Campo Grande. A equipe que faz esse trabalho é composta por quatro pessoas, inclusive o Secretário. A escolha dos itens é feita com base no referencial curricular, materiais específicos da região, cadernos da Prova Brasil. O coordenador pedagógico da Secretaria faz o primeiro levantamento e a equipe toda elege os itens a serem utilizados em cada série avaliada. Não há um banco de itens e também não é realizada uma pré-testagem dos itens elaborados.

Em fala no “III Colóquios sobre Avaliação e Qualidade de Ensino” no ano de 2010, a equipe da Secretaria Municipal de Educação de Bonito esclareceu que os docentes da rede até o momento não participam do processo de estudo e elaboração de itens. Essa inserção docente na escolha e participação no processo de formulação da avaliação ainda é um desafio para a rede.

Em resumo, a iniciativa de avaliação própria da rede municipal de Bonito é recente. A

Secretaria de Educação destaca a função diagnóstica dessa avaliação, mas ela não tem sido um instrumento para o trabalho dos professores e das escolas. Elaborada e aplicada pela própria Secretaria essa avaliação evidencia a situação de cada sala de aula e de cada escola para fins de maior controle pela própria Secretaria. As questões técnicas referentes ao instrumento avaliativo ainda são um desafio para a rede. O envolvimento docente nas avaliações também não ocorre. Segundo dirigentes e gestores, mesmo com essas limitações a iniciativa tem sido positiva e a ideia é de continuidade. Os cadernos elaborados com gráficos e tabelas são considerados pelo dirigente municipal e gestores de grande utilidade nas tomadas de decisões da Secretaria de Educação.

A análise dos dados nos permite afirmar que a iniciativa da rede escolar municipal de Bonito é incipiente, tem propiciado a comparação entre escolas e, principalmente, acentuado o poder de regulação e intervenção da própria Secretaria de Educação.

Permite afirmar também que a avaliação própria realizada pela Rede Municipal de Bonito, sofre expressivas limitações econômicas, técnicas e políticas. Para o aprimoramento das questões técnicas, a rede municipal necessita investir em assessoria pedagógica e técnica para auxiliar no desenvolvimento da avaliação. O que percebemos através dos relatos é que não existe até o momento equipe para o trabalho de formulação, elaboração e aplicação das avaliações externas na Secretaria. Assim, o que ocorre é um deslocamento de pessoal de outras funções dentro da própria Secretaria, num determinado período, para o trabalho com a avaliação, sendo que a equipe em geral da Secretaria já é extremamente reduzida. Outra preocupação é a inserção de gestores e professores no processo de construção e discussão sobre o instrumento avaliativo. A avaliação como está sendo apresentada tende a ter caráter meramente de instrumento de pressão e de comparação da Secretaria frente às escolas.

Os gestores da Rede Municipal de Bonito argumentam compreender a importância das avaliações nacionais, porém relatam que estas avaliações estão muito distantes das realidades locais. Seus formuladores desconhecem as condições diversas do “avaliando”, desconhecem a diversidade cultural e social existente em cada região, bairro, escola. Daí a justificativa de criar um instrumento avaliativo que vá de encontro às especificidades e torne o resultado final e conseqüentemente as comparações entre regiões, estados e municípios, menos assoladoras.

Em Naviraí a iniciativa de avaliação própria surge na mesma época da de Bonito, também com foco no desempenho dos alunos, com o intuito de ser de caráter diagnóstico. A rede municipal desde 2005 avalia o desempenho de seus alunos do 3º ano (2ª série), 5º ano (4ª série) e 8º ano (7ª série) do ensino fundamental nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática. Mas, não há documentação sobre a avaliação aplicada e as escolas não recebem cadernos com os resultados como em Bonito.

O que difere as duas redes é que na de Naviraí a avaliação é aplicada no final do primeiro semestre, na intenção de que as dificuldades apresentadas no aprendizado sejam sanadas no segundo semestre. Mesmo que organizada pela Secretaria de Educação, esta avaliação se apresenta como um subsídio para as políticas no interior da escola. Outro aspecto a ser enfatizado

é o de que os itens escolhidos para a avaliação externa são àqueles formulados pelos professores na avaliação escolar bimestral. O trabalho da Secretaria de educação é selecionar os itens e fazer a devolutiva dos resultados para as unidades escolares. O objetivo da Gerência é que a avaliação funcione como instrumento que possibilite a recuperação e auxilie os professores.

A avaliação é elaborada por equipe pedagógica da Secretaria de Educação, juntamente com os coordenadores pedagógicos das escolas.

Segundo questionário respondido por responsável pela avaliação no município, uma das ações da Rede Municipal de ensino é a capacitação docente por meio de formação continuada, especificamente as que são oferecidas em parceria com o Ministério da Educação.

Os resultados no Ideb do município de Naviraí tem se apresentado favorável e variado positivamente. A iniciativa de avaliar as séries que não são avaliadas pelas iniciativas da União e as ações de intervenção pedagógica subsequentes pode ser um fator que tenha contribuído favoravelmente para ganhos no Ideb das escolas da rede.

A iniciativa de avaliação própria da rede municipal de Naviraí se assemelha em alguns pontos à da rede municipal de Bonito. Surgiram na mesma época e com objetivos semelhantes, com foco no desempenho dos alunos e monitoramento do trabalho docente, afirmando ter caráter diagnóstico. Em Naviraí o uso dos resultados da avaliação para fins de comparação entre escolas e para acentuar o poder de regulação da Gerência ficou menos evidente do que em Bonito.

Segundo informações coletadas através do questionário aplicado ao responsável pelo setor da avaliação, o objetivo principal da avaliação própria elaborada pela Rede Municipal de Naviraí é a auto-avaliação das propostas escolares e a avaliação da aprendizagem dos alunos. É possível perceber que esta avaliação tem caráter participativo e está sendo utilizada como instrumento para o planejamento educacional.

Os gestores de Naviraí entendem que as avaliações nacionais são positivas e servem de subsídio para as políticas educacionais municipais, no entanto, não são suficientes. Daí a necessidade de iniciativas municipais de avaliação própria.

5. Considerações finais

A literatura que trata da avaliação educacional no Brasil ressalta uma tendência forte no delineamento das políticas educacionais nacionais é o entendimento de que o sucesso escolar está relacionado ao alcance de bons resultados nos testes em larga escala, sejam eles, internacionais, nacionais, locais. Redes de ensino e escolas voltam sua atenção para avanços na proficiência em Português e Matemática sob influência do SAEB e da Prova Brasil.

De modo geral, as iniciativas de avaliação anunciam o intuito de obter uma visão mais precisa do cenário existente, para propor mudanças por meio da formulação e implementação de políticas educacionais. Porém, a literatura alerta a respeito do acerto posto às funções de regulação e indução, seus riscos e a limitada concepção de qualidade que as iniciativas de avaliação em larga escala difundem nos sistemas de ensino, redes e escolas.

Dirigentes e gestores dessas redes afirmaram que suas iniciativas próprias de avaliação nasceram da necessidade que tinham as suas redes de disporem de indicadores peculiares sobre a situação de seu alunado, por meio de instrumentos avaliativos de elaboração, aplicação e correção próprios.

As avaliações de iniciativa da União, para os entrevistados, conduzem a mudanças favoráveis. No entanto são restritas, avaliando somente 2º, 5º e 9º ano do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio, nos componentes de Língua Portuguesa e Matemática. Uma das justificativas para a opção por ter avaliações próprias é essa. Consideram ser preciso avaliar todos os anos do ensino fundamental, alcançando maior número de alunos e outros componentes curriculares. Outra justificativa é a de que as avaliações nacionais não atendem às peculiaridades de cada região e localidade, o que as avaliações próprias municipais conseguem alcançar.

Como aponta a literatura, a avaliação tem sido entendida como um importante instrumento de gestão educacional. Nos municípios observados a iniciativa de elaborar um instrumento próprio de avaliação está bastante atrelada à ideia de que a gestão pode intervir no processo de aprendizagem e na realidade educacional existente.

Na rede de Campo Grande, a iniciativa está associada à tentativa de mudança nas políticas educacionais. Na rede de Bonito, a avaliação se volta para aferição de resultados e comparação de escolas e salas de aula. Na rede de Naviraí, há um foco para o pedagógico, no intuito de ajudar na recuperação dos alunos que tendem à reprovação e servir de subsídio para o planejamento educacional.

Dirigentes e gestores entrevistados nas três redes citadas afirmaram não ser intenção dessas avaliações próprias o treinamento dos alunos para as avaliações nacionais. Foi possível observar em algumas das falas que em muitas situações os professores sentem-se desconfortáveis com as avaliações externas, uma vez que a cobrança recai sobre o seu trabalho. As redes estão sujeitas a práticas de competição e classificação entre escolas, no entanto essas situações não foram reveladas nas entrevistas.

Os municípios tendem a ganhar com as práticas avaliativas, quando geridas com seriedade e compromisso. O instrumento avaliativo tende a ser de apropriação de todos que fazem parte da comunidade escolar, principalmente se tem como objetivo ir além das avaliações nacionais e considerar as situações locais.

6. Notas

- 1- Elaborado por esta pesquisadora e sua orientadora Dirce Nei Teixeira de Freitas, com questões discursivas e objetivas sobre avaliação educacional.
- 2- Roteiros elaborados pela coordenação da pesquisa em rede “Bons Resultados no Ideb: estudo exploratório de fatores explicativos”, da qual participam as universidades UFGD, USP e UECE, sob a coordenação do Professor Romualdo Portela de Oliveira (USP), aplicados pelos pesquisadores da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).
- 3- *Programme for International Student Assessment* (traduzido como Programa Internacional de Avaliação de Alunos).
- 4- Tem como objetivo descrever e analisar as peculiaridades das iniciativas locais de avaliação educacional de municípios sul-mato-grossenses e sua eventual relação com ganhos obtidos no Ideb.

- 5- Redes municipais selecionadas através da amostra sul-mato-grossense da Pesquisa “Bons Resultados no Ideb: estudo exploratório de fatores explicativos” (2009-2010). Compõe-se dos seguintes municípios: Campo Grande, São Gabriel do Oeste, Aparecida do Taboado, Chapadão do Sul e Naviraí (com maior Ideb em 2007) e Bonito, Paranhos, Amambai, Paranaíba e Bela Vista (maior variação no Ideb de 2005 para 2007).
- 6- Realizado anualmente no mês de maio pelo GEPGE/UFMG, desde 2008. Envolve Secretarias Municipais de Educação, docentes das escolas e da Universidade, mestrandos, e discentes de diversas licenciaturas. Tem como objetivo discutir questões relacionadas à avaliação e qualidade do ensino. Faz parte da sua metodologia o registro dos colóquios realizados, com vistas à pesquisa e ao ensino. Nós mesmas coordenamos as equipes de trabalho responsáveis pelos registros em texto e imagens. O material foi disponibilizado pelo Laboratório de Políticas, Avaliação e Gestão da Educação (LAPAGE) para esta investigação.

7. REFERÊNCIAS

- BONAMINO, Alicia C. de; BESSA, Nícia. O “estado da avaliação” nos estados. In: FRANCO, Creso. (Orgs.). *A avaliação da educação básica*. Rio de Janeiro: PUC, 2004.
- BRASIL (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado.
- _____. (1996). *Lei nº 9424 de 24 de dezembro de 1996*. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, 23 dez.
- _____. (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, 23 dez.
- _____. (2007). Decreto 6094/07 de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação. *Diário Oficial da União*. Brasília. DF. 25 abr.
- BONITO. *Projeto de avaliação diagnóstica*. 2008.
- CAMPO GRANDE, (2007). *Resultados do desempenho dos alunos nas avaliações externas da REME: uma nova leitura*. Campo Grande: UFMS.
- FERNANDES, R., (2007). *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)*. Brasília-DF: INEP/MEC.
- FRANCO, C. (Org.), (2001). *Avaliação, Ciclos e Promoção na Educação*. 1.ed. São Paulo: ARTMED Editora, 172 p.
- FREITAS, D. N. T. de, (2007). *A avaliação da educação básica no Brasil*. 1.ed. Campinas: Autores Associados, v. 01. 256 p.
- FREITAS, D. N. T. de, (2007). *A avaliação na educação*. Dourados. (Inédito).
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Acessa diretamente os dados de cada município. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso: 2009 e 2010.
- INEP. *Prova Brasil*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br> 2010. Acesso em: junho 2010.
- _____. *SAEB*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br> 2010. Acesso em: junho 2010.
- _____. *Provinha Brasil*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br> 2010. Acesso em: junho 2010.
- KLEIN, R; FONTAVINE, N.S. Avaliação em Larga Escala: uma proposta inovadora. *Em Aberto*, Brasília, ano 15, n.66, abr./jun.1995.